Curso de Aperfeiçoamento
Brasil-Japão

Gestão Pública e Educação em uma Perspectiva de Formação Multicultural do Programa Nacional de Administração Pública

Unidade 2 - Artigo 4

AÇÕES GOVERNAMENTAIS VOLTADAS PARA O MULTICULTURALISMO: PLANEJAMENTO E INOVAÇÃO

Lúcia Regina Silveira Auozani - UFMT

UFMT EM REDE
Cuiabá - MT
2018

Apoio: Projeto UFMT Popular

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO

Ministro da Educação
Abraham Weintraub

Presidente da CAPES
Anderson Ribeiro Correia

Diretor Nacional da UAB
Carlos Cezar Mordenel Lenuzza

Reitora UFMT
Myrian Thereza de Moura Serra

Vice-Reitor
Evandro Aparecido Soares da Silva

Secretário de Tecnologia Educacional
Alexandre Martins dos Anjos

Coordenador Geral do UFMT Em Rede
Alexandre Martins dos Anjos

Esta obra está licenciada com
uma Licença Creative Commons
Atribuição 4.0 Internacional

Apoio: Projeto UFMT Popular

AÇÕES GOVERNAMENTAIS VOLTADAS PARA O MULTICULTURALISMO: PLANEJAMENTO E INOVAÇÃO

Lúcia Regina Silveira Auozani [1]

Resumo

Este trabalho tem por objetivo apresentar aspectos do multiculturalismo, do planejamento governamental e inovação em educação. A pesquisa foi realizada em bancos de artigos publicados em periódicos, como *Scopus* e *Web of Science*, a partir da leitura dos resumos, tanto de trabalhos nacionais como em língua estrangeira, em que foram selecionados os artigos que tratassem, especificamente, do assunto. Verificou-se que o multiculturalismo é um assunto que preocupa os estudiosos desde o início do século passado e que, hoje, pelas migrações voluntárias ou involuntárias, toma maiores proporções, situação para a qual se planejam ações governamentais educativas e inovativas.

Introdução

O multiculturalismo é um assunto estudado por pesquisadores, desde o início do século passado, tendo em vista as migrações voluntárias e involuntárias acontecidas no final do século XIX e no início do século XX, visando às colonizações das várias regiões descobertas desde o período das navegações.

Os governos, visando observar a democracia liberal, ao planejar suas políticas, devem preservar a identidade e autenticidade dos seus cidadãos, reconhecendo todas as culturas existentes em seus solos, enquanto nações em (re)construção.

Este trabalho tem por objetivo apresentar aspectos do multiculturalismo, do planejamento governamental e da inovação em educação. Para tanto, foram realizadas pesquisas em bancos de artigos publicados em periódicos, como *Scopus* e *Web of Science*, a partir da leitura dos resumos, tanto de trabalhos nacionais como em língua

1 Docente da Faculdade de Administração e Ciências Contábeis – FACC – UFMT.

estrangeira, em que foram selecionados os artigos que tratassem, especificamente, do assunto.

Na seção 1 (um), são apresentados os argumentos sobre Multiculturalismo que traduzem as preocupações de vários estudiosos da temática. Na seção 2(dois), são apresentados os argumentos sobre Planejamento Governamental, no caso, o Planejamento Estratégico Situacional. Na seção 3(três), são apresentados os argumentos sobre Inovação e, na seção 4(quatro), são apresentados os argumentos sobre as ações governamentais voltadas para o multiculturalismo. Verificou-se que o multiculturalismo é um assunto que preocupa os estudiosos desde o início do século passado e que, hoje, pelas migrações voluntárias ou involuntárias, toma maiores proporções, situação para a qual se planejam ações governamentais educativas e inovativas. Finalmente, são apresentadas as referências bibliográficas utilizadas na construção deste trabalho.

1 Multiculturalismo

Nesta seção, serão apresentados argumentos e conceitos relativos ao multiculturalismo que traduzem as preocupações de vários estudiosos da temática.

O argumento central, de Rejane E Brandim (2008), é o de que pensar e viver no mundo atual passa pelo reconhecimento da pluralidade e diversidade de sujeitos e de culturas com base no respeito e tolerância recíproca, concebendo as diferenças culturais não como sinônimo de inferioridade ou desigualdade, mas equivalentes à pluralidade e diversidade.

Segundo Canen e Oliveira (2002), sendo a sociedade constituída de identidades plurais, com base na diversidade de gênero, classe social, padrões culturais e linguísticos, habilidades e outros marcadores identitários, o multiculturalismo tem sido debatido, numa visão pós-moderna, trazendo à tona a diversidade, descontinuidade e diferença como categorias essenciais de análise. No debate multicultural, a visão é “descentrada, múltipla e em processo permanente de construção e reconstrução” (CANEN; OLIVEIRA, 2002).

Considera, ainda, que o multiculturalismo:

> [...] em sua vertente mais crítica, também denominada multiculturalismo crítico ou perspectiva intercultural crítica (GRANT, 2000; MCLAREN, 2000; CANEN, 1999, 2001; CANEN; GRANT, 1999; CANEN ; MOREIRA, 2001), trata-se de ir além da valorização da diversidade cultural em termos folclóricos ou exóticos, para questionar a própria construção das diferenças e, por conseguinte, dos estereótipos e preconceitos contra aqueles percebidos como "diferentes" no seio de sociedades desiguais e excludentes. (CANEN; OLIVEIRA, 2002).

O multiculturalismo passa por uma concepção construtivista da realidade onde o indivíduo está inserido, levando em consideração a sua origem e o ambiente no qual exercita a identidade étnica e cultural e do qual é oriundo.

A construção do conhecimento em uma realidade multicultural requer que os envolvidos tenham consciência do pluralismo cultural e das possíveis desigualdades geradas pelas relações plurais, do posicionamento crítico frente aos valores conflitantes e de quais habilidades devem desenvolver para que haja a ressignificação dos valores culturais plurais.

No entendimento de Ho *et al* (2015), as escolas têm sido teorizadas como um espaço social que pode ser particularmente propício a esse tipo de interação intercultural. As escolas são espaços onde as manifestações multiculturais acontecem na sua mais pura forma, pois pressupõe-se um lugar de livre pensar.

A partir da década de 1970, segundo Gozdecka, Ercan e Kmak (2014), a crítica às políticas multiculturais implantadas tornou-se mais intensa, principalmente, nas sociedades receptoras de migrantes, levando ao surgimento, em debates acadêmicos e políticos, de uma era pós-multicultural.

Existem vertentes que consideram que o multiculturalismo, ao priorizar as culturas originais, põe em risco uma identidade nacional consistente. Já os defensores do pós-multiculturalismo consideram que há uma maneira de combinar identidade nacional forte com o reconhecimento oficial da diversidade cultural, como argumentam Gozdecka et al., (2014).

O multiculturalismo assume diferentes abordagens em diferentes países, carente de uma aproximação conceitual. Essa distância de entendimento pode gerar situações de preconceito e atitudes de limpeza étnica e genocídio em função das diferenças culturais, conforme argumenta Kymlicka (1996).

Diferentes países adotam o conceito de justiça social que consideram adequado, mas alguns não pretendem ou consideram que os grupos diversificados devam se submeter à cultura local vigente.

Já Maciel (2014) argumenta que o multiculturalismo liberal deve navegar cuidadosamente entre a abordagem baseada no reconhecimento e as abordagens individualistas estritamente liberais dos direitos, pois depende da capacidade de acomodar um conjunto diversificado de reivindicações baseadas em grupos dentro dos limites do liberalismo.

Para Scuzzarello (2015), a teoria multicultural tende a afirmar a especificidade dos grupos e sustenta sua diferenciação como meio para melhorar as relações sociais desiguais. Argumenta, ainda, que a teoria multicultural não consegue lidar com as relações e processos sociais que dão sentido ao seu objeto de estudo, ou seja, a grupos. Uma teoria do multiculturalismo que não leva em consideração as especificidades de um determinado ambiente político é limitada em seu potencial para examinar e transformar criticamente as políticas multiculturais adotadas nesse contexto.

A teoria multicultural argumenta que o estado liberal necessariamente favorece algumas medições de moral e alguns valores sobre os outros. Através de feriados públicos, símbolos de estado, decisões governamentais sobre linguagem etc., o estado reconhece, acomoda e apoia as necessidades e identidades de grupos específicos (YOUNG, 1990; TAYLOR, 1994; KYMLICKA, 1995).

Isto significa que as minorias são desfavorecidas e a sua cultura corre o risco de desaparecer sob o domínio dos valores liberais (KUKATHAS, 2003). Os direitos diferenciados em grupo ajudam a corrigir isso e garantir a igualdade entre os grupos, aliviando a vulnerabilidade das culturas minoritárias às decisões da maioria.

A abordagem da teoria multicultural sobre as relações de poder inter e intragrupo é problemática em vários aspectos. Em primeiro lugar, seus argumentos são altamente normativos e sustentados por evidências anedóticas e descontextualizadas. A falta de contextualização dos processos de reivindicação e das características do ambiente sócio-político em que essas reivindicações são feitas (por exemplo, repertórios nacionais de cidadania, modelos de direção, regimes de bem-estar e políticas de integração) – demonstram o potencial do culturalismo para desestabilizar as condições de poder existentes.

Em segundo lugar, a teoria multicultural tende a ignorar o significado das relações de poder inter-relacionadas entre o Estado, os grupos e os indivíduos. Para desafiar as dinâmicas de poder desiguais, é fundamental questionar quem tem o poder de definir as tradições e as necessidades de um grupo; quem tem o poder de se tornar o legítimo locutor com o Estado; e como o Estado cria, gerencia e reproduz os limites de sua comunidade.

No entanto, o poder do Estado para posicionar alguns grupos como minorias que precisam de proteção e outros como elementos potencialmente ameaçadores para o *status quo* raramente é discutido. Para ignorar essas e outras questões similares, o Estado é responsável por seu papel na reprodução de narrativas e práticas que definem a associação da nação. Em relação a isso, a teoria multicultural sobre os olhares é o poder exercido pelos policiais e políticos no decurso da definição das necessidades das comunidades de migrantes e minorias.

As práticas do multiculturalismo podem confiar em uma interpretação unilateral de necessidades que depende do suposto perito-papel dos policiais. Isso nega a participação direta dos beneficiários dessas práticas na definição de suas necessidades. Em terceiro lugar, o argumento de que um estado liberal não deve intervir em assuntos internos a um grupo, na medida em que a seus membros é garantido o direito de sair, é problemático, porque ignora os fatores emocionais e sociais que podem limitar suas oportunidades para deixar seu grupo (SAHARSO, 2003). Os multiculturalistas adotam um modelo voluntarista de afiliação comunitária, apesar de se entender que a cultura

de alguém é um aspecto fundamental da identidade, da autonomia e da moral de cada pessoa.

O multiculturalismo que observa uma identidade coletiva é o resultado de interações e diálogos entre pessoas e entre pessoas e instituições dominantes e, portanto, é relacional.

São categorias sociais construídas de forma narrativa, material e simbólica, cujo significado é moldado pelo tempo e espaço e está no centro das contestações. Por isso, o multiculturalismo carismático não concebe grupos como entidades discretas e externamente delimitadas que interagem uns com os outros.

As negociações que investem as características sociais, valores e valências de um grupo com significado dependerão, em grande parte, da distribuição de poder. Por exemplo, líderes comunitários podem tentar dar uma ordem mais durável e previsível às negociações sobre objetivos e significados em um contexto.

O ponto de partida da análise das relações intergrupais é investigar como certas categorias são usadas em diferentes contextos espaciais e temporais pelo Estado e pelos líderes da comunidade para legitimar as desigualdades de poder, produzir mudanças ou dar sentido a certos fenômenos. Analisa, em outras palavras, a agência humana em relação ao contexto em que as pessoas operam.

O pesquisador não deve apenas examinar as relações de poder entre a sociedade majoritária e os grupos minoritários. Se informado pelo multiculturalismo carismático, a análise das práticas do multiculturalismo também deve avaliar o poder, o controle e a contabilidade do Estado. Só então os pesquisadores serão capazes de enfrentar o verdadeiro desafio de contestar e procurar transformar as dicotomias que criam e geram formas hierárquicas de diferenças. A transformação deve ser cognitiva e estrutural.

Novas narrativas sobre uma sociedade e novos objetivos sociais podem desafiar as antigas fronteiras entre os grupos e criar plataformas para novos pontos de convergência, algo que tem importantes implicações no contexto do multiculturalismo.

Há várias maneiras pelas quais um senso de si próprio pode ser alterado para incluir pessoas e grupos anteriormente percebidos como estrangeiros.

O "diálogo transformador" ocorre quando o falante e o entrevistado reconhecem a perspectiva da outra parte por direito próprio e, além disso, quando são capazes e dispostos a repensar e mudar seus pontos de vista iniciais, levando em consideração os pronunciamentos anteriores do outro. Neste sentido, o diálogo transformador está em consonância com os valores da ética atenciosa. Uma ética do cuidado concentra-se em três elementos éticos: atenção, responsabilidade e capacidade de resposta.

A atenção envolve a identificação das necessidades específicas dos outros à medida que surgem de relacionamentos concretos. A responsabilidade implica em se preocupar com os resultados reais e os efeitos sobre a vida das pessoas de certas escolhas e decisões (HANKIVSKY, 2004). Finalmente, a responsabilidade implica em compreender as necessidades dos outros e, também, compreender como os cuidados fornecidos foram recebidos (TRONTO, 1993). De acordo com isso, o diálogo transformador é atento e responsivo aos pontos de vista e às necessidades dos outros e implica um grau de responsabilidade pelas necessidades e reivindicações identificadas de cada um. O contato profundo entre os grupos também é provado ser um método eficiente para desafiar os preconceitos e possivelmente criar um sentido compartilhado de si mesmo (ALLPORT, 1954).

O multiculturalismo benigno e multicultural não oferece um modelo de políticas multiculturais de "tamanho único". A atenção a essas questões é crucial para fornecer propostas de políticas contextualmente sensíveis e potencialmente viáveis que possam desafiar as relações de poder assimétricas.

Uma profunda compreensão da formulação e planejamento de políticas em um contexto específico é crucial. No entanto, para que as políticas consigam legitimidade, as experiências vividas daqueles que são seus potenciais beneficiários são igualmente importantes.

2 Planejamento Governamental

Nesta seção, serão apresentados os argumentos que abordam o planejamento estratégico das políticas públicas, as quais decorrem das relações de poder existentes na sociedade organizada, envolvendo a negociação entre as partes interessadas e o Estado.

O planejamento busca dar governabilidade às relações entre as pessoas, organizações e governos, visando à solução de problemas situacionais para uma mudança futura, procurando eliminar equívocos ou preconceitos relativos à prática do planejamento, tais como: uma coisa é planejar e a outra é fazer; o engessamento da organização; aspecto formal e/ou puramente técnico para uma elite intelectual.

As políticas do Estado devem passar por um processo de planejamento, o qual possa sustentar uma situação futura desejada.

Para Dagnino (2012), a concepção de que o aparelho de Estado seja instrumento neutro que opere e implemente as políticas "contrárias às premissas de manutenção e naturalização das relações sociais de produção capitalistas que o geraram pode levar a uma postura voluntarista que tende a minimizar as dificuldades as quais enfrentaram os governos de esquerda".

Numa visão neoliberal, o aparelho do Estado é "um dispositivo transdutor, eletrônico ou pneumático, que ao receber um impulso externo de entrada gera um outro, de saída, cujas características dependem apenas da intensidade e 'sinal' do impulso de entrada" (R. P. DAGNINO, 2012).

O Planejamento como uma ferramenta, científica e política, para o exercício das atividades dos ocupantes de cargos públicos, surgiu no governo chileno, na década de 1970, desenvolvida por Carlos Matus (SILVA; NIERO; MAZZALI, 2009), com enfoque no Planejamento Estratégico Situacional – PES, partindo do reconhecimento da complexidade, dos processos sociais, muitas vezes fragmentados e de incerteza, caracterizando-se pelo compartilhamento de problemas e anseios não estruturados.

Através da ferramenta do PES, os grupos sociais têm a oportunidade de buscar a viabilidade de alternativas encontradas para seus problemas, ou seja, uma intervenção eficaz na realidade. Matus lança mão de métodos que combinados complementam-se e abordam os problemas locais. Para tanto, propõe a trilogia PES, ZOPP (sigla em alemão de *Zielorientierte Projektplanung* - Planejamento por Projetos Orientado por Objetivos) e MAPP (Método Altadir de Planejamento Popular), considerando suas prioridades (ARTMANN, 2000).

> O PES, segundo Matus, é um método de alta complexidade e alta potência, apropriado para o nível diretivo de instituições de grande porte e com pessoal especializado. O ZOPP é um método de complexidade intermediária, com limitações para fazer análise estratégica e abordar determinados problemas que definem uma situação global (macroproblemas). É adequado para trabalhar em nível operacional específico e sofreu algumas modificações do original alemão para integrar o sistema PES. O MAPP constitui-se, para o autor, num bom método por problemas a ser operacioanlizado no nível popular, associações de moradores e instituições de pequeno porte, mas possui também limitações (ARTMANN, 2000).

O PES, por estar ligado diretamente à gestão, caracteriza-se por ser um método de planejamento por problemas, especialmente os mal estruturados e complexos, para os quais não existe solução normativa ou previamente conhecida, servindo de mediação entre presente e futuro, enfrentando as surpresas, rápida e eficazmente, precedendo e presidindo a ação.

Conforme Toni (2013),

> O processo de planejamento não substitui a perícia dos dirigentes, nem o carisma da liderança, ao contrário, aumenta sua eficácia porque coloca estes aspectos a serviço de um projeto político coletivo. Neste modo de ver a política, o governo e o planejamento, ninguém detém o monopólio sobre o cálculo estratégico e sistemático sobre o futuro, há uma profunda diferença em relação ao antigo "planejamento do desenvolvimento econômico e social" tão comuns nos órgãos de planejamento de toda América Latina e particularmente na tradição brasileira. (TONI, 2013).

A metodologia do PES leva seua agentes a pensar estrategicamente e a colocar as relações iniciativa-resposta no lugar das relações causa-efeito, convencionais. Seu sucesso depende da interação com planos de outros atores, cobertos de incertezas, em situação de exercício de compartilhamento de poder.

Os comportamentos sociais são imprevisíveis dadas as suas características multiculturais e dadas as situações conjunturais nas quais o PES está sendo elaborado/executado. O domínio das situações foge ao alcance dos agentes públicos, pois os problemas estão em interação constante.

Argumenta Toni (2013) que o enfoque participativo e estratégico do planejamento, no plano geral, é estruturado através de quatro grandes passos, ou fases, que podem ser recursivas e não-lineares, mas que representam um sequenciamento lógico da elaboração teórica do planejamento: momento explicativo (seleciona e compreende o problema), momento normativo (desenho do plano de intervenção visando à situação futura), momento estratégico (construção da viabilidade do plano) e momento tático-operacional (gestão do plano – implementação do plano).

> A tecnologia de aplicação do PES é extremamente simples: (a) se apóia em visualização permanente, usando cartelas ou tarjetas, (b) ambientes normais, não é necessário nenhum tipo de sofisticação e (c) os tempos necessários de trabalho intensivo costumam ser de aproximadamente 40 ou 50 horas. A realização de um seminário de Planejamento utilizando o PES mobiliza muito as tensões internas e faz aflorar conflitos muitas vezes ocultos pela rotina burocrática. Neste sentido é sempre recomendável o uso de técnicas e dinâmicas de grupo (como os jogos dramáticos, por exemplo) para trabalhar positivamente tais tensões e processos grupais. (TONI, 2013).

Ter uma base organizativa, um projeto definido e controlar variáveis importantes para a situação são critérios descritos por Matus *in* Artmann (2000), cujos atores podem estar representados pela direção de um sindicato, partido político, associação de moradores ou exercerem um cargo no poder executivo, legislativos ou judiciário, que são as instituições responsáveis pela elaboração do PES.

Os atores têm suas origens em situações diversificadas de cultura política, econômica, ideológica, ecológica, religiosa etc., exigindo uma visão interdisciplinar que articule passado, presente e futuro, procurando identificar as causas da situação atual, analisando as possibilidades futuras, sob o ponto de vista dos atores sociais participantes.

> O Método do Planejamento Estratégico e Situacional é antes de tudo um potente enfoque metodológico, com alguns princípios e visões filosóficas sobre a produção social, a liberdade humana e o papel dos governos, governante e governados. A análise de problemas, a identificação de cenários, a visualização de outros atores sociais, a ênfase na análise estratégica são elementos fundamentais e diferenciadores do PES em relação a outros métodos de planejamento. (TONI, 2013).

No setor público, dada a multiculturalidade das comunidades, a presença de problemas complexos e mal estruturados são uma constante nas situações vivenciadas pelas mesmas. Observar esses aspectos faz parte da ação dos atores envolvidos na produção de políticas públicas.

Para além disso, a agenda do(s) dirigente(s), com a explicitação das prioridades, a prestação de contas e o gerenciamento das operações é fundamental para que se crie um sistema de monitoramento, acompanhamento e avaliação do PES, gerando informações a fim de que os atores responsáveis possam tomar decisões de correção, caso o rumo tenha sido desviado, através da criação de indicadores que levem em consideração o objetivo, o horizonte de tempo do plano e o contexto – considerando possíveis mudanças - onde será implantado.

A implantação eficiente e eficaz do plano também depende dos meios e canais de comunicação utilizados, bem como da flexibilidade e inovação frente às mudanças ocorridas na situação.

3 Inovação

A seção apresenta os argumentos referentes à inovação em sua origem, bem como suas implicações num processo multicultural.

A inovação está na pauta das discussões inerentes à sobrevivência, longevidade e sustentabilidade das organizações neste século XXI.

Para Sábato e Botana (1968), o processo de interrelação entre governo, infraestrutura científico-tecnológica e estrutura produtiva – o "Triângulo de Sábato", pode gerar maior eficiência na assimilação de novas tecnologias e exportação de bens com maior valor agregado. Ao governo caberia o papel de liderança, a promoção de projetos de alta tecnologia, a disponibilização de recursos para o desenvolvimento dos projetos; às universidades e aos centros de pesquisa, o papel de apoiar e fornecer profissionais capacitados para atuarem na estrutura produtiva e nas entidades públicas envolvidas, conforme argumenta Giacomazzo (2015).

Ao discutir as ideias de universidade empreendedora, Leydesdorff e Etzkowitz apresentam o conceito da Tríplice Hélice (LEYDESDORFF; ETZKOWITZ, 1998), ao afirmarem que a base do conhecimento da economia é, cada vez mais, uma parte da infraestrutura da sociedade, tornando o Estado um agente proativo na geração de inovações em ciência, tecnologia e política, através do estímulo do desenvolvimento de redes interinstitucionais.

Para os autores, a Tríplice Hélice é formada pelo Estado, Universidade e as Organizações, cujas interações entre suas fronteiras é mediada por contratos de fluxos de transferência de conhecimento, tecnologia (origem-aplicação) e de serviços, processos comunicativos e interseções de papéis, dependendo do contexto das ações.

A Tríplice Hélice originou-se, como uma metáfora, para caracterizar o sistema de inovação regional na Rota 128, em Boston, conforme Etzkowitz; Zhou e Zhou (2017) e se tornou reconhecida internacionalmente, nos estudos de inovação, bem como um guia para o estabelecimento de políticas e práticas locais, regionais, nacionais e multinacionais. A Tríplice Hélice fornece uma metodologia para a identificação dos

pontos fortes e fracos, preenchimento de lacunas nas relações entre os participantes e definição da fonte do desenvolvimento socioeconômico, os quais permearão as interações universidade-organizações-governo.

A inovação pode, então, ser considerada como a recombinação reflexiva de contextos específicos, argumentam Leydesdorff e Etzkowitz (1998), através das pesquisas, comparação dos diferentes contextos e detecção de fenômenos emergentes, pela ação e reflexão contínua. As dimensões governo, organizações e universidade tendem a ser reproduzidas, pois atendem a diferentes funções.

A interação na Tríplice Hélice depende da confiança desenvolvida no estabelecimento das relações institucionais, especialmente em situações de conflito. As características multiculturais, locais/globais darão o tom dessas relações. A dinâmica das incertezas requer flexibilidade e permeabilidade nos limites institucionais. As incertezas de mercado, nas ciências e nos controles, quando (re)combinadas, podem levar à sobrevivência das organizações envolvidas, sobreviventes dos fatos, requerendo o gerenciamento do nicho e das pessoas como capital humano.

A inovação deve servir para resolver questões tanto acadêmicas quanto sociais, através das hélices, na pluralidade de ambientes onde compartilham seus códigos alternadamente. Nas palavras de Leydesdorff e Etzkowitz (1998), "inovação é inicialmente o resultado de uma interação local entre invenção científica, difusão econômica e poder político".

Ao adotar um formato empreendedor, a universidade transcende a missão tradicional de educação e pesquisa. Oportuniza a criação de conhecimento avançado que, ao ser colocado em prática, através das incubadoras ou polos tecnológicos, permite que os pesquisadores possam avaliar o processo e o resultado da inovação gerada, como em uma espiral.

Como argumentam Etzkowitz *et al.* (2017), as interações universidade-organizações-governo, que formam uma "hélice tríplice" de inovação e empreendedorismo, são a chave para o crescimento econômico e o desenvolvimento social baseados no conhecimento.

Focam a universidade como a fonte da pesquisa, da educação, da preservação, da renovação do patrimônio cultural, da inovação, da tecnologia e do empreendedorismo. Destacam a diferença entre ecossistema de inovação e hélice tríplice, ao afirmar que a Hélice Tríplice pode ser reproduzida, como modelo de inovação, alimentado por lideranças e atores locais, onde quer que estejam. Já os ecossistemas de inovação limitam-se aos locais onde desenvolveram-se, seja gerando novos conhecimentos, novos produtos ou novas configurações de arranjos organizacionais.

> Três dimensões independentes – economia, política e status social (a crença na realidade das diferenças sociais com base em algum critério) – coexistem em uma relação de causalidade mútua. O poder político gera riqueza econômica e a capacidade de viver da política; por sua vez, ideias podem ser traduzidas em poder econômico e político. (ETZKOWITZ et al., 2017).

Dagnino (2008) propõe a inserção de um novo vértice – o dos Movimentos Sociais – ou seja, o "Quadrado do Dagnino", para que seja colocado na agenda das políticas públicas, nos desafios tecnocientíficos, na mobilização dos potenciais tangíveis e intangíveis de Ciência e Tecnologia, na produção de conhecimento que contemple as demandas dos grupos, cada vez mais excluídos, minoritários e diversificados.

Educação para a inovação, com formação de cidadãos tolerantes e democráticos, observadores das diferenças culturais pode representar uma vantagem competitiva, em tempos de economia globalizada.

4 Ações governamentais voltadas para o multiculturalismo

Ações governamentais voltadas para o multiculturalismo devem levar em consideração o conhecimento e a bagagem cultural dos diversos grupos que compõem a sociedade à qual se destinam. Segundo Gatti et al (2017), o enfoque no sistema educacional permite reconstruir a historicidade da produção de identidade-alteridade em locais onde a linguagem tem sido essencial para o estabelecimento de fronteiras étnicas.

> Sistemas flexíveis de acumulação, interligados e interdependentes com os processos de globalização e neoliberalismo, alteraram consideravelmente a relação do estado com os negócios e as instituições econômicas e, ao mesmo tempo, produziram uma nova dinâmica entre o estado e a cidadania. (MITCHELL, 2003).

O processo de inovação, pensado em um contexto amplo, passa pelo reconhecimento da diversidade de sujeitos e comunidades que receberão o resultado dos processos criativos, o qual deve superar mecanismos discriminatórios ou inibidores das manifestações multiculturais da sociedade.

Purcell (2009) argumenta que os desafios colocados pela neoliberalização, entendendo-se aqui o projeto em andamento, para instalar lógicas de mercado e disciplina competitiva como hipóteses hegemônicas na política urbana e na formulação de políticas, devem ser gerenciados em sua legitimidade através da transformação das relações de poder.

As ações governamentais, considerando o Planejamento Estratégico Situacional e a Tríplice Hélice, portanto, devem preservar o respeito e a diversidade cultural das comunidades onde atuam, considerando a fragmentação do poder entre os múltiplos interesses, especialmente, os grupos minoritários cujos direitos foram construídos ao longo do tempo.

Maciel (2014), utilizando-se de Kymlicka (1995), argumenta que o liberalismo está comprometido com os valores de liberdade e igualdade, por consequência, o multiculturalismo é entendido como derivado desses valores, incorporando outra virtude liberal chave – a autonomia.

Planejar ações de educação, e educação para a inovação, requer que o Estado esteja comprometido com suas comunidades com vistas a proteger suas culturas sem comprometer o sentido de nação em construção e reconstrução constantes.

> A adoção de políticas multiculturais pode ser uma maneira efetiva de remodelar a direção, o ritmo e a força das políticas de construção de uma nação de forma a não prejudicar os grupos minoritários e fornecer condições

> de integração mais justas. Como o elemento de composição do estado está em constante fluxo, a direção da construção da nação realizada pelo Estado deve refletir sua natureza mutável e sua diversidade interna. (MACIEL, 2014).

Para Modood e Ahmad (2007), o multiculturalismo vai além da tolerância, desencorajando a hostilidade e a desaprovação da diferença, buscando um diálogo positivo bidirecional, um processo de aprendizagem que envolva as relações de poder e contribuições igualitárias, argumentando que se deva incluir uma política ativa de reconhecimento.

Uma política de reconhecimento tem implicações para o exercício da cidadania, não é neutra e leva a raça, o sexo e a sexualidade a estarem além das meras categorias de identidade. Modood e Ahmad (2007) ainda consideram que as minorias religiosas devem se juntar às demais para sua inclusão no espaço público.

Maciel (2014) considera que o multiculturalismo é consistente e mesmo exigido pelo liberalismo, pois oferece novas maneiras de conceber a relação entre a maioria e os grupos minoritários quando estabelece uma política de reconhecimento. Em suas palavras: "os indivíduos devem ter acesso a sua estrutura cultural de uma maneira significativa que lhes permita determinar sua concepção do bem". Pode ajudar a fortalecer a solidariedade nacional, promovendo sentimentos de fidelidade e solidariedade no país adotado.

Ainda, Maciel (2014) argumenta que, ao invés de se concentrar na preservação de uma cultura ou identidade particular, o multiculturalismo liberal tenta acomodar grupos para que os indivíduos não sejam marginalizados, mas tenham a oportunidade de cultivar uma identidade grupal.

As políticas públicas são impactadas pelos interesses dos grupos diversificados, das elites poderosas, das forças institucionais, das coalizões de defesa, ou seja, dependem da governança efetiva, na resolução de problemas públicos – como afirmam Cochran et al (2009) "o bombardeio constante com as escolhas de políticas obriga os cidadãos a fazer escolhas".

Educação, treinamento e inovação não são a solução para todos os problemas, mas habilitam a sociedade a resolver problemas, desenvolver competitividade, eliminar a pobreza e reduzir as desigualdades sociais.

Conclusões

Ao apresentar aspectos do multiculturalismo, do planejamento governamental e inovação em educação, o estudo trouxe visões de pesquisadores que estão preocupados com as relações estabelecidas entre as instituições responsáveis pelo desenvolvimento socioeconômico e cultural das comunidades onde estão inseridas.

O pluralismo e as relações diversificadas, em uma realidade multicultural, requerem dos participantes consciência, habilidade e posicionamento crítico frente aos valores conflitantes, ao (re)construírem conhecimentos na ressignificação das culturas plurais.

Verificou-se que o multiculturalismo é um assunto que preocupa os estudiosos desde o início do século passado e que, hoje, pelas migrações voluntárias ou involuntárias, toma maiores proporções quando se planejam ações governamentais educativas e inovativas.

O desafio é criar uma identidade nacional a partir da diversidade, construída a partir do respeito do multiculturalismo local/regional, especialmente, ao planejar as políticas públicas que se transformarão em ações governamentais que impactam diretamente nas comunidades.

A necessidade de inclusão da comunidade na estrutura de governança da Tríplice Hélice – destinação dos recursos públicos, projetos de pesquisa em Ciência e Tecnologia e na estrutura produtiva - visando o desenvolvimento de relações confiáveis e solidárias para garantir a qualidade da oferta dos produtos e serviços demandados pelos diferentes grupos culturais, se faz premente.

Referências

Artmann. (2000). O PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO SITUACIONAL NO NÍVEL LOCAL: um instrumento a favor da visão multissetorial. **Medicina Preventiva**, 1–25.

Canen, A.; Oliveira, A. M. A. de. (2002). Multiculturalismo e currículo em ação: um estudo de caso. **Revista Brasileira de Educação**, (21), 61–74. https://doi.org/10.1590/S1413-24782002000300006

Dagnino, R. (2008). PCT, o triângulo de Sábato e o novo vértice. **JORNAL DA UNICAMP.**

Dagnino, R. P. (2012). **Planejamento estratégico governamental**.

ETZKOWITZ, H., ZHOU, C.; ZHOU, C. (2017). Hélice Tríplice: inovação e empreendedorismo universidade-indústria-governo. **Estudos Avançados**, 31(90), 23–48. https://doi.org/10.1590/s0103-40142017.3190003

Giacomazzo, G. F. (2015). CIÊNCIA (S) NO CONTEXTO " PÓS ": ASPECTOS TRANSICIONAIS NA PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO CIENTÍFICO. **Roteiro**, Joaçaba, 40, 333–356. https://doi.org/dx.doi.org/10.18593/r.v40i2.7225

Gozdecka, D. A., Ercan, S. A.; Kmak, M. (2014). From multiculturalism to post-multiculturalism: Trends and paradoxes. **Journal of Sociology**, 50(1), 51–64. https://doi.org/10.1177/1440783314522191

Kymlicka, W. (1996). Ciudadanía Multicultural, 265–267. Retrieved from http://www.stanford.edu/~cmendoza/kymlickabook.html

Leydesdorff, L.; Etzkowitz, H. (1998). The Triple Helix as a model for innovation studies, 25(3), 195–203.

Maciel, R. (2014). The Future of Liberal Multiculturalism. **Political Studies Review**, 12(3), 383–394. https://doi.org/10.1111/1478-9302.12018

Mitchell, K. (2003). Educating the national citizen in neoliberal times: From the multicultural self to the strategic cosmopolitan. **Transactions of the Institute of British Geographers**, 28(4), 387–403. https://doi.org/10.1111/j.0020-2754.2003.00100.x

Modood, T.; Ahmad, F. (2007). British Muslim Perspectives on Multiculturalism. **Theory, Culture & Society**, 24(2), 187–213. https://doi.org/10.1177/0263276407075005

Purcell, M. (2009). Resisting neoliberalization: Communicative planning or counter-hegemonic movements? **Planning Theory**, 8(2), 140–165. https://doi.org/10.1177/1473095209102232

Rejane, M.; Brandim, L. (2008). Multiculturalismo e educação: em defesa da diversidade cultural. **Diversa**, 1 jan/jun(1), 51–66.

Scuzzarello, S. (2015). Caring multiculturalism: Power and transformation in diverse societies. **Feminist Theory**, 16(1), 67–86. https://doi.org/10.1177/1464700114562533

Silva, S. V. e, Niero, J. C. C.; Mazzali, L. (2009). O Planejamento Estratégico Situacional no Setor Público – A Contribuição de Carlos Matus. **XII Seminários Em Administração – SEMEAD**, (April). Retrieved from http://www.ead.fea.usp.br/semead/12semead/resultado/trabalhosPDF/473.pdf

Toni, J. De. (2013). O que é o Planejamento Estratégico Situacional ? **Fundação Oswaldo Cruz, Instituto Leonidas E Maria Deane**, **CEPOPSA 2012/2013**, (1973).

Esta obra está licenciada com
uma Licença Creative Commons
Atribuição 4.0 Internacional

Apoio: Projeto UFMT Popular